

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA - FACE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS - CCA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOSÉ AUGUSTO DA SILVA PEREIRA

**GOODWILL COMO ESTADO DE RIQUEZA INTANGÍVEL: ESTUDO DE CASO
DA SUA RECUPERAÇÃO**

BRASÍLIA
2019

JOSÉ AUGUSTO DA SILVA PEREIRA

**GOODWILL COMO ESTADO DE RIQUEZA INTANGÍVEL: ESTUDO DE CASO
DA SUA RECUPERAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Lustosa

BRASÍLIA
2019

JOSÉ AUGUSTO DA SILVA PEREIRA

**GOODWILL COMO ESTADO DE RIQUEZA INTANGÍVEL: ESTUDO DE CASO
DA SUA RECUPERAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Brasília, 28 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Lustosa
Orientador

Professor Doutor José Alves Dantas
Avaliador

*À Deus, pelo dom da vida.
À minha esposa Elenice e aos meus filhos Rodrigo,
Vitor e Vinícius, pelo incentivo e apoio.
Ao Professor Paulo Roberto, pela dedicação e paciência.
E àqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para o sucesso dessa jornada, meu
muito obrigado.*

GOODWILL COMO ESTADO DE RIQUEZA INTANGÍVEL: ESTUDO DE CASO DA SUA RECUPERAÇÃO

José Augusto da Silva Pereira¹

RESUMO

Através de um estudo de caso, busca-se com a presente pesquisa analisar a recuperação do goodwill adquirido em uma combinação de negócios específica. Para tanto, esta pesquisa assume a interpretação de Lustosa (2018), segundo a qual o goodwill é considerado um estado de riqueza intangível, caracterizado pelas estratégias, ideias e planos que a alta gestão da empresa estabelece para o futuro, que se materializa economicamente como o valor presente da expectativa de lucros residuais futuros das decisões gerenciais ainda a serem implementadas. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não reconhecidos separadamente que hoje são agregados no goodwill são interpretados como as forças que produzem a geração da riqueza e, como tal, seu efeito monetário se incorpora no valor econômico do patrimônio físico que resulta da transformação da riqueza intangível em riqueza física. Da análise do patrimônio físico consolidado da empresa adquirente após a incorporação da adquirida, ajustado de sorte a espelhar apenas o resultado das atividades operacionais, verificou-se que o goodwill adquirido foi recuperado, incluído sua remuneração, em um prazo de dois anos, mas ele continuou ainda registrado no balanço da adquirente. Isto confirma que o goodwill é um estado de riqueza que se converte em patrimônio físico. Consequentemente, mantê-lo no balanço após sua recuperação é o mesmo que reconhecer um goodwill interno, o que é proibido pela regulação contábil.

Palavras-Chave: Goodwill. Riqueza Intangível. Patrimônio Intangível. Ativo Intangível.

ABSTRACT

Through a case study, this research seeks to analyze the recovery of goodwill acquired in a business combination. For this, goodwill is considered an intangible wealth, such as thinking, ideas and plans, rather than a set of intangible assets as it is treated in the accounting literature today. From the interaction of goodwill, in the perspective studied here, with other physical assets, the expectation is generated, in the present, of future residual (abnormal) profits, which means the transformation of this intangible heritage into physical assets. From the analysis of the consolidated physical assets of the acquiring company at a given moment, adjusted to reflect only the result of the entity's operating activities, it was verified that there were sufficient profits to cover such activities and also to recover the agile by expectation of profitability (goodwill) paid in the acquisition of the acquired company and still remunerate it. It is understood that the registered residual profit originates in the force of intangible wealth and reflects the transformation of this intangible heritage into physical patrimony. Considering the result obtained as originating from the set of intangible assets that compose goodwill, as stated in the literature, does not seem reasonable, since, in the literature itself, there are voices that assert that goodwill as a set of other intangible assets that are neither individualizable nor separable, does not enjoy scientific significance.

Keywords: Goodwill. Intangible wealth. Intangible Assets.

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1 Ativos Intangíveis.....	8
2.2 Doutrina sobre o Goodwill	8
2.2.1 <i>Conceitos e definições</i>	9
2.2.2 <i>Mensuração</i>	11
2.3 Normatização do Goodwill.....	12
3. METODOLOGIA.....	12
4. RESULTADOS	16
4.1 Um breve histórico da Empresa Adquirente.....	16
4.2 Resultados obtidos	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

O estudo dos ativos intangíveis é visto, pelos estudiosos do assunto, como um dos temas mais complexos e polêmicos no âmbito da teoria da contabilidade. São variadas as definições deste ativo pelos doutrinadores, com grandes discordâncias, porém, em sua maioria convergindo para o entendimento de que ativos intangíveis são bens incorpóreos, que não podem ser tocados, mas que podem ser classificados em identificáveis e não identificáveis.

A complexidade que envolve os ativos intangíveis diz respeito à sua natureza, conceituação e definição, às incertezas quanto à mensuração de seus valores, ao reconhecimento e, também, à definição de suas vidas úteis, se definida ou indefinida.

Quanto aos ativos intangíveis de vida útil definida, não pairam dificuldades sobre sua mensuração e reconhecimento, pois, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1 2011, item 35), “[...] se um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios tiver vida útil definida, haverá a presunção de que o valor justo possa ser estimado com segurança”.

O problema maior reside nos casos de ativos intangíveis com vida útil indefinida, em especial, no que diz respeito ao goodwill que, conforme disseminado na literatura contábil, representa uma síntese daqueles ativos, os quais não podem ser individualmente reconhecidos e nem contabilizados separadamente.

Portanto, assume-se que o goodwill representa um agregado de ativos intangíveis com vida útil indefinida não individualizáveis. Logo, sendo possível a identificação destes ativos, não haveria espaço para a existência do goodwill.

Observa-se que, na literatura contábil, até agora não está pacificado o que de fato seja o goodwill e, conseqüentemente, o que sejam ativos intangíveis com vida útil indefinida. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 387), “ativos intangíveis são ativos que carecem de substância. Como tais, esses ativos devem ser reconhecidos sempre que preencherem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo”.

Ainda nessa linha, (Leake², 1921; Martins, 1972³; Tearney, 1973⁴, *apud* Lustosa, 2018, p. 1), observam que, na literatura acadêmica, há muito existe o consenso de que a natureza do goodwill contábil está associada à expectativa, no presente, dos lucros residuais futuros da empresa em continuidade, entretanto, e sempre tendo presente a literatura dominante, este consenso não existe quando se refere à contabilização do goodwill, isto é, do reconhecimento inicial e da baixa posterior desse intangível.

Em inovador estudo, Lustosa apresenta uma nova abordagem para o goodwill, cuja teoria consiste em mostrar que o valor de uma empresa é formado por suas riquezas físicas e intangíveis. Para Lustosa (2018, p. 2), os elementos que integram os ativos intangíveis que formam o goodwill não podem ser representados como ativos, nem de maneira isolada e nem agrupados sob a forma de goodwill. Eles são as forças que geram as vendas futuras e os lucros residuais. Segundo esse entendimento, o goodwill seria não um agregado de ativos intangíveis, e sim um patrimônio intangível. Seria, como afirma o autor, “riqueza potencial que se transforma progressivamente em riqueza real ou patrimônio físico, à medida que o tempo passa e novas transações de troca de ativos com o ambiente externo vão sendo realizadas pela empresa, na forma de compras, vendas, produção e mudanças de conjuntura”.

² Leake, P. D. (1921). *Commercial Goodwill, Its History, Value and Treatment in Accounts*. London: Sir Isaac Pitman and Sons, Ltd.

³ Martins, E. (1972). *Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível*. Tese (Doutorado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 218 p.

⁴ Tearney, M. G. (1973). *Accounting for Goodwill: A Realistic Approach*. *Journal of Accountancy*. July, 41-45.

Do ponto de vista normativo, o *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, permite, a partir de 2001, e o *International Accounting Standards Board (IASB)*, a partir de 2004, o reconhecimento de ativos intangíveis sem vida útil definida deduzidos do goodwill. No Brasil, a forma de contabilização das combinações de negócios está alinhada com as normas de contabilidade emitidas pelos órgãos normatizadores internacionais, - para o caso em questão através do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1, 2010) - Ativo Intangível e do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1, 2011) - Combinação de Negócios, aprovados pelas Deliberações CVM nos 644/10 e 665/11, respectivamente.

Nesse contexto, onde se percebe que a respeito dos ativos intangíveis, em especial o goodwill, não existe consenso quanto às definições e conceitos dos seus principais elementos caracterizadores, o problema da pesquisa objeto deste estudo consiste em entender se: considerando que os ativos intangíveis não identificados que compõem o goodwill não são separáveis e, portanto, desconhecidos individualmente, pode ser atribuído a esse grupo de ativos eventuais lucros residuais obtidos pela empresa ou tais lucros resultaria de uma riqueza intangível, como estratégias, ideias e planos?

Partindo deste questionamento, o objetivo principal deste estudo é observar se após aquisições em combinações de negócios, são identificados, em momentos subsequentes, lucros residuais (anormais), o que representaria a recuperação do ágio pago por expectativas de lucros residuais futuros ou goodwill, materializado na sua transformação, enquanto patrimônio intangível, em patrimônio físico.

A escassez ou mesmo ausência de estudos com foco no goodwill tomado na perspectiva de riqueza intangível ao invés de um conjunto de ativos intangível, largamente disseminado na literatura acadêmica e até mesmo em âmbito normativo, justifica a importância da presente pesquisa, principalmente por jogar luzes sobre o tema e poder servir de ponto de partida para outras pesquisas teóricas e empíricas que possam aprofundar-se no estudo da questão e revelar resultados mais conclusivos, com reflexos positivos para a literatura, órgãos reguladores e usuários da informação contábil.

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho consiste em uma pesquisa descritiva de cunho qualitativa, mediante um estudo de caso que tem como objeto a análise de dados coletados das demonstrações contábeis da empresa Hypera S.A., a partir do ano de 2010 - período a partir do qual foram realizadas várias combinações de negócios envolvendo basicamente a aquisição de diversas marcas, cujo tratamento contábil para estas aquisições já seguem as normas consubstanciadas no Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) Combinações de Negócios -, e procurar entender se o processo de captura de sinergia esperado com estas transações de fato ocorreu, o que confirmaria que a transformação deste patrimônio intangível (goodwill) em patrimônio físico se concretizou.

Da análise levada a cabo, constatou-se que em exercícios sociais seguintes à aquisição da empresa, verificou-se a existência de lucros residuais (anormais), em valores suficientes para recuperar a quantia paga como ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e ainda remunerá-la, (já que este ágio também é considerado capital), sendo possível, também, inferir que a origem do resultado deriva da força de riquezas intangíveis e invisíveis, como estratégias, ideias e planos, em interação com outros ativos físicos, uma vez que atribuí-lo a ativos intangíveis desconhecidos não possibilitaria identificar quaisquer deles como fonte geradora dos lucros residuais obtidos.

O restante deste trabalho está organizado em cinco seções. Após essa introdução é apresentado, na segunda seção, a fundamentação teórica abordando aspectos relativos aos ativos intangíveis, a doutrina sobre o goodwill e a sua normatização contábil. Na terceira seção, trata-se da metodologia da pesquisa. Na quarta, discute-se os resultados da pesquisa. Por fim, a quinta seção traz, além das considerações finais, recomendações para pesquisas futuras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Ativos Intangíveis

Na teoria da contabilidade, segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388), os ativos intangíveis representam uma das áreas mais delicadas e complexas, não somente em virtude das dificuldades de definição, mas, sobretudo, por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis.

Grandes discussões têm ocorridos nas últimas décadas acerca dos ativos intangíveis, com especial relevo para a questão do goodwill, no que tange, em grande medida, à natureza, conceituação, mensuração e contabilização destes ativos.

Observa-se que é crescente a participação dos ativos intangíveis na composição do patrimônio das entidades em relação aos ativos tangíveis, fato que explica a importância e relevância atribuídas àqueles ativos.

Na opinião de Santos *et al.* (2007, p.1), vários fatores concorrem para isso, entre os quais destacam-se o movimento de incorporações internacionais, o desenvolvimento ou aquisição de marcas famosas pelos líderes de mercado, a expansão do setor de serviços pelo mundo, a velocidade, o avanço e alcance da mudança tecnológica, o crescimento, sofisticação e integração dos mercados financeiros internacionais, sem descuidar-se da fonte de riqueza proporcionada pela inteligência humana e os recursos intelectuais, incluindo neste contexto o goodwill, por eles considerado o mais “Intangível dos Intangíveis”.

A importância dos ativos intangíveis e do goodwill, como tal, na composição patrimonial das empresas, tem despertado, nos últimos anos, o interesse da comunidade acadêmica sobre o tema, sobretudo, face à necessidade de o goodwill e os ativos intangíveis evidenciados, conforme Chen *et al.* (2008⁵, *apud* Barbosa *et al.* 2010, p. 2) “fornecerem aos usuários melhores informações que lhes permitam acessar o valor desses ativos ao longo do tempo, melhorando assim sua habilidade em acessar lucratividades e fluxos de caixa futuros”.

Após vasta revisão bibliográfica, Barros e Rodrigues (2014, p. 118) falam da possibilidade de ampliação das definições de ativo intangível e afirmam que este ativo apresenta, resumidamente, as seguintes características: não tem presença física, embora não seja um ativo fictício; apresenta um elevado grau de incerteza no que diz respeito à sua capacidade de gerar benefícios econômicos; e, financeiramente, é um elemento de difícil valorização.

Do ponto de vista normativo, o ativo intangível é definido pelo Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, como um ativo não monetário identificável que não tem substância física. Ainda, segundo essa norma, a definição de ativo intangível exige que ele seja identificável, justamente para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill). Este Pronunciamento reproduz a IAS 38, emitida pelo IASB, o qual prescreve, no âmbito internacional, as normas relativas ao tratamento contábil que deve ser dada ao ativo intangível.

2.2 Doutrina sobre o Goodwill

Observa-se que, há várias décadas, variados estudos, debates, discussões em níveis doutrinários e em âmbito legislativo, têm trazido à tona as concordâncias e divergências que giram em torno do instituto do goodwill.

Para Barros e Rodrigues (2014, p.119), o goodwill é de fundamental importância para uma avaliação mais realista do patrimônio de uma empresa. Entretanto, identificá-lo e mensurá-

⁵ CHEN, Changling; KOHLBECK, Mark & WARFIELD, Terry. Timeliness of impairment recognition: Evidence from the initial adoption of SFAS 142. *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*, vol. 24, pg. 72–81, 2008.

lo infere tamanha subjetividade que, até o presente momento, as conclusões a esse respeito mostram-se insuficientes.

Segundo Mazzioni *et al.* (2003), o termo *goodwill* surgiu em meados do século XVI, onde, em 1571, na Inglaterra, foi registrado pela primeira vez em decisões envolvendo disputas por terra, nas quais foram considerados, na valorização do terreno, um valor adicional pela sua localização.

Para Preinreich (1936⁶, *apud* Santos *et al.* 2007, p. 197), as decisões judiciais proferidas, ao longo do tempo, referentes ao goodwill, mudaram de forma gradativa, partindo do valor relativo às terras, incluindo, progressivamente, o valor referente à localização do negócio, à clientela formada, marca, continuidade da entidade, até conceituá-lo atualmente como tecnologia da informação.

Lustosa (2017, p.3) observa que “o entendimento sobre o goodwill contábil evoluiu marginalmente ao longo do tempo, em busca de resposta à seguinte pergunta, às vezes implícita: o que explica um negócio valer mais do que a soma dos seus ativos líquidos individuais?”.

No campo da contabilidade, conforme observações de Catlett e Olson (1968⁷, *apud* Santos *et al.* 2007, p. 197) os primeiros trabalhos datam do século XIX, no ano de 1884, com a publicação na revista *The Accountant* da obra de William Harris, cujo título chamava-se Goodwill, onde abordou-se o crescimento significativo desse ativo com o surgimento das sociedades por ações. No ano 1888, também em *The Accountant*, foi publicado com o mesmo título, Goodwill, o trabalho de J. H. Bourne, porém, com enfoque mais no aspecto conceitual deste ativo. Ainda, segundo os autores, o primeiro trabalho sistemático, sobre o goodwill, foi publicado em 1891, por de Francis More, que escreveu um artigo relacionado a avaliação do goodwill, iniciando uma nova fase do goodwill.

2.2.1 Conceitos e definições

De acordo com Nakamura (1990⁸, p. 179 *apud* Bosse, 2005, p.27), falar que uma empresa possui goodwill, implica dizer que o valor econômico de seu patrimônio líquido excede seus ativos e passivos avaliados a preços de mercado, porém, isso somente ocorre quando ela possui algo intangível que lhe proporciona condição de gerar "lucros acima do normal".

Nessa mesma linha de entendimento Martins, E. *et al.* (2010, p. 5) relatam “que o goodwill é um ativo intangível que surge quando a entidade possui uma capacidade de gerar lucros superiores ao normal para o setor no qual atua por conta da sinergia de diversos ativos intangíveis que não podem ser isoladamente identificados”. Afirmam os autores que o *goodwill* existe desde do momento em que os ativos de uma entidade, ao funcionarem como um bloco, produzem um retorno acima daquilo que seria considerado normal (goodwill gerado internamente).

Sintetizando o ensinamento de Ross *et al.* (2015, p. 1039-1045), numa combinação de negócios as fontes de sinergia advêm, principalmente, do aumento de receitas, proveniente de ganhos de *marketing*, benefícios estratégicos e poder de mercado; da redução de custos, decorrente do aumento de eficiência operacional, representada pela economia de escala, economia de integração vertical, transferência de tecnologia, recursos complementares e eliminação de administração ineficiente; do ganho de impostos, através do uso de prejuízos fiscais, do uso de capacidade de endividamento não utilizada e do uso de fundos excedentes; e, da redução da necessidade de capitais.

⁶ PREINREICH, Gabriel A. D. The law of goodwill, *Accounting Review*, Dec. 1936.

⁷ CATLETT, George R; OLSON, Norman O. *Accounting, evaluation and economic behavior*. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

⁸ NAKAMURA, A. M. Avaliação de participações societárias: Aspectos contábeis e considerações sobre seu valor justo, investimentos temporários, negociações com as próprias ações, investimentos permanentes, incorporações, fusões e cisões. São Paulo: Brasiliense, 1990

Ainda segundo Martins, E. *et al.* (2010, p. 3), a literatura contábil referendou o conceito de goodwill como sendo o montante de lucros futuros esperados acima da rentabilidade normal de uma empresa, mensurado pela diferença apurada entre o valor da empresa e o seu patrimônio líquido avaliado a valores de mercado.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388) observam que existem diversos itens classificáveis como intangíveis, os quais podem ser identificáveis ou não identificáveis. Afirmam que um exemplo comum de um ativo intangível não identificável é o goodwill. Para estes autores, às vezes os ativos intangíveis são definidos como a diferença positiva entre valor de uma empresa adquirida e a soma de seus ativos tangíveis líquidos. Porém, isso é equivalente a confundir mensuração e definição, haja vista que a compra de uma empresa simplesmente revelam ativos intangíveis como o goodwill, mas não os cria.

Na opinião de Reis (2012, p. 15) os autores Hendriksen E Van Breda sustentam que o goodwill ganha corpo quando é adquirido por terceiros, apesar de que já estava latente, como se estivesse adormecido, emergindo no momento em que a entidade é adquirida e terceiros lhes atribui valor, tanto que os compradores se dispõem a pagar um valor acima daqueles que os ativos e passivos líquidos representam.

Também, conforme Reis (2012, p. 48), o termo que melhor expressa o Goodwill é a força do conjunto gerada por ativos identificáveis, quando operados em blocos, gerando rentabilidade futuras superiores àquelas que produziriam se considerados individualmente, ou liquidados a valor justo e aplicado em mercado de baixo risco.

O problema contábil do goodwill, conforme observado por Wen e Moerhle (2016⁹ *apud* Lustosa, 2018, p. 5), envolve duas questões: reconhecimento inicial e avaliação posterior. No primeiro caso, somente nas operações de fusão e aquisição permite-se o reconhecimento inicial, onde o goodwill adquirido é registrado no balanço da adquirente a um custo que representa a diferença positiva do valor pago em relação ao valor justo dos ativos líquidos da empresa adquirida. Quanto às avaliações posteriores, o problema está em como lidar com as reduções subsequentes no custo do goodwill. Dessa forma, se o órgão regulador assumir que goodwill é um ativo deteriorável, perecível, esta decisão será baseada na duração que se espera do benefício econômico gerado por aquele ativo e em como ele se desgastará, ou seja, o goodwill deverá ser amortizado à medida e na mesma proporção em que for se transformando de patrimônio intangível em patrimônio físico.

Após fazer uma revisão da evolução histórica do conceito de goodwill, Lustosa (2018, p. 5), resumiu a teoria corrente em três pontos: a) goodwill é um valor residual como resultado de a empresa, na totalidade, valer mais do que a soma das suas partes, quando estas se harmonizam com a empresa e o ambiente externo; b) as forças geradoras de valor, como localização, reputação, bons relacionamentos, carteira de clientes, cultura corporativa, etc., são os elementos intangíveis que geram o goodwill; e c) o valor residual, que o goodwill representa, seria reduzido a zero, de modo gradual, se os ativos intangíveis que o geram fossem sendo identificados e valorados individualmente.

No plano normativo o *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, órgão responsável pela regulamentação contábil nos Estados Unidos, define o *goodwill* no SFAS 141 (revisado 2007) como “um ativo que não é nem individualmente identificado e nem reconhecido separadamente, representando os benefícios econômicos futuros que resultam de outros ativos adquiridos numa combinação de negócios”.

No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no seu Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1, item 11) – Ativo Intangível, elaborado a partir da IAS 38 – *Intangibles Assets*, afirma que o goodwill reconhecido em uma combinação de negócios “é um ativo que representa

⁹ Wen, H. e Moerhle, S. R. (2016). Accounting for goodwill: An academic literature review and analysis to inform the debate. *Research in Accounting Regulation*, 28(Mar), 11-21.

benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente. Tais benefícios econômicos futuros podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações contábeis”.

2.2.2 Mensuração

Ao longo do tempo, o processo de mensuração do goodwill sofreu modificações, cujos enfoques principais segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 392), podem ser assim sintetizadas: “a) por meio de avaliação de atitudes favoráveis em relação à empresa; b) por meio do valor presente da diferença positiva entre lucros futuros esperados e o retorno considerado normal sobre o investimento total, não incluído o goodwill; e c) por meio de uma conta geral de avaliação [...]”. No entendimento dos autores o enfoque mais comumente encontrado na literatura contábil, é o que assume que o goodwill representa o valor presente de lucros residuais futuros esperados acima daquilo que poderia ser considerado como um retorno normal. Seria, assim, os chamados superlucros, sendo este o enfoque adotado neste trabalho.

Ao analisar os enfoques acima Santos *et al.* (2004, p. 6), observam neles uma característica em comum, que é a de considerar o goodwill como um agregado de valores de outros ativos intangíveis não identificados, resultante da sinergia existente entre eles, e afirmam que “em uma contabilidade fundamentada economicamente, não existe espaço para o goodwill, pois o seu valor seria alocado aos demais ativos intangíveis”. Verifica-se, portanto, ainda na visão dos autores, que mesmo diante de uma possibilidade de realizar a avaliação econômica individual de cada um dos ativos da entidade, ainda assim restaria um valor resultante da sinergia existente entre esses ativos, que na realidade pertence a todos eles.

Dessa forma, Santos *et al.* (2004, p. 6/7), afirmam que continua a existir um problema pendente de solução, que é o de alocar, através de qualquer critério de rateio, essa diferença ou registrá-la em uma conta de fechamento. Para corroborar com essa afirmativa, citam Martins (1972¹⁰:82), segundo o qual “em um ativo definido em termos econômicos não existe, portanto, lugar para o goodwill. Em uma Contabilidade fundamentada dessa forma o goodwill simplesmente não existe. A sua definição como repositório dos agentes desconhecidos ou não identificados não possui significado científico; representa um estado de impossibilidade momentânea de melhor especificação”.

Lustosa (2018) apresenta uma nova abordagem para o tratamento do goodwill, segundo a qual o valor econômico total da empresa em continuidade é composto por um patrimônio físico, que é o valor presente dos lucros residuais futuros esperados, decorrentes das decisões gerenciais já implementadas, e de um patrimônio intangível, que é valor presente dos lucros residuais futuros esperados resultantes das decisões ainda não implementadas. Este patrimônio intangível se transforma gradualmente em patrimônio físico à medida que são tomadas novas decisões. Ao mesmo tempo, enquanto a empresa existir, o patrimônio intangível se renova continuamente. Portanto, as forças intangíveis que se incorporaram no patrimônio físico existente também se incorporarão ao patrimônio físico futuro, que no momento presente está latente como patrimônio intangível.

¹⁰ MARTINS, Eliseu. Contribuição à avaliação do ativo intangível. São Paulo: USP, 1972. Tese de Doutorado, FEA/USP, Universidade de São Paulo, 1972

Interessante observação faz MONOBE (1986¹¹, p. 160, *apud* Nakayama, 2012, p. 28), ao afirmar que, após uma aquisição, a empresa adquirente pode passar a gerar expectativas subjetivas de rentabilidade futura superior ao seu custo de oportunidade, confundindo-se aí o goodwill adquirido com o goodwill gerado internamente e, nesse passo, segundo o autor, passando a existir um único goodwill, o da empresa. Essa interpretação parece corroborar abordagem sobre o goodwill defendida por Lustosa.

Por essa razão, considera-se plausível a ideia que embasa este estudo, segundo a qual o goodwill representa um conjunto de forças intangíveis, uma riqueza potencial, um patrimônio intangível caracterizado pelas estratégias, ideias e planos que, em interação com outros ativos físicos, geram os lucros anormais, posto que, considerando o goodwill contábil com definido pelo FASB, não há preço alternativo no mercado para os ativos intangíveis que compõem o goodwill.

2.3 Normatização do Goodwill

Como dito anteriormente, a importância dos ativos intangíveis e o seu impacto na composição patrimonial das entidades tem sido objeto de intensas discussões, tanto nos meios acadêmicos, como nos meios empresariais, sem, contudo, passar despercebida a preocupação com estes ativos por parte dos órgãos normatizadores.

As normas contábeis em vigor, no Brasil e no exterior, determinam que no momento da aquisição de uma entidade, em uma combinação de negócio, devem ser reconhecidos os ativos e passivos a valor justo, apurado o valor dos ativos intangíveis identificados e apropriar o resíduo resultante entre a somas desses ativos e o valor da contraprestação paga pela aquisição como ágio por expectativa por rentabilidade futura ou goodwill.

O *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, órgão normatizador da contabilidade nos Estados Unidos, emitiu, em 2001, duas novas normas de contabilidade contemplando os processos de fusões e aquisições. A primeira delas, o *Statement of Financial Accounting Standard – SFAS 141, (Business combination)*, cuidando especificamente do tratamento contábil relativo a tais processos. A segunda norma, o *Statement of Financial Accounting Standard SFAS 142, (Intangible assets and goodwill)*, cuidando, em particular, do tratamento contábil do goodwill adquirido e outros ativos intangíveis. Este regramento veio em substituição à norma até então vigente, o *Accounting Principles Board – APB Opinion n.º 17*, que disciplinava o assunto, eliminando, a partir de então, a amortização do goodwill e criando para ele o teste de impairment.

No plano internacional, o *International Accounting Standards Board (IASB)*, em 2004, emitiu o pronunciamento *International Financial Reporting Standards (IFRS) 3 – Business Combination*, normatizando o assunto.

De acordo com as normas do IFRS 3 – *Business Combinations*, editada pelo IASB, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a NBC T 19.23 – Combinação de Negócios, através da resolução CFC n.º 1.175, de 24 de julho de 2009, atualmente designada como Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios.

3. METODOLOGIA

A presente investigação é classificada como do tipo descritiva, porque tem como principal objetivo descrever as características de um fenômeno determinado. Buscou-se, também,

¹¹ MONOBE, Massanori. Contribuição à mensuração e contabilização do goodwill não adquirido. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

identificar e descrever o resultado de determinado evento em relação ao resultado operacional da empresa adquirente objeto da análise e, por isso, a pesquisa é classificada como qualitativa.

Segundo Godoy (1995, p. 63), “quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno com um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise quantitativa seja a mais indicada”. Acrescenta ainda que, nesse tipo de pesquisa, na análise dos dados os pesquisadores utilizam um enfoque indutivo, porque, como não partem de hipóteses pré-estabelecidas, não se preocupam em buscar dados ou evidências que confirmem ou neguem tais suposições. Partem de questões ou de interesses mais amplos, que vão se tornando mais diretos e específicos com o andamento da investigação.

De acordo com Neves (1996), um estudo qualitativo “não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados”. Também, conforme o autor, usa-se este método como forma viável e promissora de investigação.

Godoy (1995, p.21) enumera, pelo menos, três modelos de pesquisas relacionadas à abordagem qualitativa, são elas: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

Ainda segundo Godoy (1995, p. 25) com um estudo de caso, que é o modelo adotado nesta pesquisa, busca-se o exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular. É a modalidade preferida dos pesquisadores que procuram saber como e por que certos fenômenos acontecem, ou daqueles que se dedicam a analisar eventos sobre os quais a possibilidade de controle é reduzida, ou, ainda, sendo atuais os fenômenos analisados, estes só fazem sentido dentro de um contexto específico.

Embora tratar-se de um estudo de caso, utilizou-se também a pesquisa documental que no entender de Godoy (1995, p. 21) caracteriza-se pelo exame de materiais que ainda não foram analiticamente tratados ou que podem ser reexaminados com vistas a uma nova interpretação ou complementação. Pode servir de base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilitar que a criatividade do pesquisador dirija a investigação por enfoques diferenciados.

Dessa forma, para alcançar os objetivos da pesquisa em questão lançou-se mão de um estudo de caso, onde a coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental, que segundo Cellard (2008¹², p. 298, *apud* Grelhem *et al.* 2016, p.6), é uma técnica que “[...] vale-se de documentos originais, que ainda não tiveram tratamento analítico por nenhum autor”. Os documentos analisados foram as demonstrações contábeis consolidadas publicadas pela empresa Hypera S.A., no período compreendido entre os anos de 2010 e 2016, especialmente, as informações divulgadas em notas explicativas sobre as combinações de negócios, com ênfase no tratamento contábil dispensado ao registro do goodwill, informações estas disponíveis nos sites da companhia e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O primeiro passo foi identificar as combinações de negócios realizadas pela empresa adquirente. Verificou-se que entre os anos de 2008 e 2011 foram realizadas 18 aquisições, sendo: 4 em 2008, 5 em 2009, 6 em 2010 e 3 em 2011. Como o foco da pesquisa diz respeito ao goodwill, enquanto riqueza intangível, resultante das combinações de negócios e cujo tratamento contábil se enquadra nas normas contidas no Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócio, que se tornou de observância obrigatória para as demonstrações publicadas a partir de 2010, desconsiderou-se as aquisições ocorridas nos anos de 2008 e 2009.

Assim, as análises foram iniciadas tendo como ponto de partida o Patrimônio Líquido Físico Consolidado¹³ da empresa adquirente existente em 31.12.2010, sendo este o saldo inicial.

¹² Cellard, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

¹³ Patrimônio Líquido Físico é o registrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido consolidado (DMPL) da empresa adquirente, em 31.12.2010.

Do saldo existente nesta data, foi mantido o valor justo dos ativos líquidos da empresa Sapeka (ativos menos passivos), entidade adquirida que foi escolhida para a análise do fenômeno objeto desta pesquisa e deduzido o valor do goodwill pago nesta transação. Foram desconsiderados os ajustes (mais/menos) das transações realizadas com os sócios no ano de 2010 e, por fim, excluídos os valores pagos nas demais aquisições ocorridas, também em 2010, porém, posteriores a aquisição da empresa Sapeka (valor pago = valor justo dos ativos líquidos das adquiridas + goodwill). Após estas operações apurou-se o resultado em 2010, considerado, para os fins da pesquisa, como o Patrimônio Líquido Físico Ajustado (PL_{x_0}), que serviu de parâmetro para as projeções dos Patrimônios Líquidos esperados.

Portanto, no ano x_0 (2010) o saldo a considerar como ponto de partida para a projeção dos saldos seguintes é representado pela equação:

$$PL_{x_0} = PL_F + A_L - Gw - T_S$$

Onde,

PL_{x_0} = Patrimônio Líquido inicial (2010)

PL_F = Patrimônio Líquido das atividades operacionais, excluído os valores das aquisições e das transações com os sócios

A_L = Ativos Líquidos da adquirida

Gw = Goodwill adquirido

T_S = Transações com os sócios

Com base no valor do Patrimônio Líquido Físico inicial (PL_{x_0}), correspondente ao ano de 2010, foram projetados os saldos para cada exercício findo, subsequentes a este, até o ano de 2016. Para isso, estimou-se uma taxa de retorno composta por uma taxa livre de risco, que corresponde à taxa SELIC acumulada de cada período (x_0 a x_n), mais um prêmio de risco de 4%, correspondente à taxa média de crescimento do índice Ibovespa para o mesmo período.

O quadro 1 apresenta o fator acumulado da taxa SELIC para cada período considerado (x_0 a x_n), bem como a correspondente taxa Selic acumulada, para os mesmos períodos.

Quadro 3.1 – Taxas Selic acumulada por período

Período	Fator acumulado SELIC*	Taxa Selic acumulada ¹⁴
(x1) 31.12.2010 a 31.12.2011	1,11665796	11,665796%
(x2) 31.12.2010 a 31.12.2012	1,21115956	21,115956 %
(x3) 31.12.2010 a 31.12.2013	1,31061487	31,061487 %
(x4) 31.12.2010 a 31.12.2014	1,45343785	45,343785 %
(x5) 31.12.2010 a 31.12.2015	1,64613795	64,613795 %
(x6) 31.12.2010 a 31.12.2016	1,87788896	87,788896 %

Fonte: Elaborado pelo Autor

*Dados extraídos do site do Banco Central

Para o prêmio pelo risco, foi estabelecido o percentual de 4%, correspondente à taxa de crescimento anual do índice Bovespa (Ibovespa), para o período de 2011 a 2016. Este dado foi colhido junto ao site da B3 (www.b3.com.br).

¹⁴ Taxa Selic Acumulada no período de x_0 a x_n , que inclui a taxa referente ao primeiro dia útil e exclui a final do período. Taxa Selic = (Fator Acumulado - 1) * 100.

Dessa forma, a taxa de retorno utilizada para estimar os Patrimônios Líquidos Físicos esperados está representada na fórmula abaixo:

$$TR = (1 + S_A) * (1 + Pr)$$

Onde,

TR = Retorno Exigido

S_A = Taxa Selic Acumulada no período de x_0 a x_n , ou seja, do último dia do ano inicial (2010) ao último dia do ano considerado.

Pr = Prêmio pelo risco representado pela taxa crescimento médio anual do índice Ibovespa para o período de 2011 a 2016.

Conforme a equação acima, as taxas de retorno foram calculadas e estão representadas no quadro abaixo:

Quadro 3.2 – Taxa de retorno por período

ANO	PERÍODO	TAXA DE RETORNO
2011	(X_0-X_1)	16,085%
2012	(X_0-X_2)	25,910%
2013	(X_0-X_3)	36,248%
2014	(X_0-X_4)	51,096%
2015	(X_0-X_5)	71,129%
2016	(X_0-X_6)	95,282%

Fonte: Elaborado pelo autor

Com os dados constantes da tabela acima foram projetados os Patrimônios Líquidos esperados para cada ano seguinte à aquisição (período de 2011 a 2016) da seguinte forma:

$$PL_P = PL_{X_0} (1 + S_A) * (1 + Pr)$$

Onde:

PL_P = Patrimônio Líquido projetado (estimado)

PL_{X_0} = Patrimônio Líquido inicial (2010)

S_A = Taxa Selic Acumulada no período de x_0 a x_n , ou seja, do último dia do ano inicial (2010) ao último dia do ano considerado.

Pr = Prêmio pelo risco representado pela taxa crescimento médio anual do índice Ibovespa para o período de 2011 a 2016.

Com a mesma taxa de retorno utilizada para projetar os Patrimônios Líquidos esperados para o período de 2011 a 2016, foram também projetados o goodwill pago pela empresa adquirida para o mesmo período.

$$Gw_P = Gw_{x_0} (1 + S_A) * (1 + Pr)$$

Onde:

Gw_P = Goodwill projetado

Gw_{x_0} = Goodwill inicial (2010)

S_A = Taxa Selic Acumulada no período de x_0 a x_n , ou seja, do último dia do ano inicial (2010) ao último dia do ano considerado.

Pr = Prêmio pelo risco representado pela taxa crescimento médio anual do índice Ibovespa para o período de 2011 a 2016.

Como no saldo ajustado do Patrimônio Líquido inicial (PL_{x_0}) já está contemplado o valor pago pela adquirida¹⁵, dele foi subtraído o valor do goodwill, tendo em vista que o objetivo é observar em que momento o Patrimônio Líquido Físico equivale ao Patrimônio Líquido estimado, acrescido do valor do goodwill, ambos atualizados pela taxa de retorno requerida, o que significa dizer que neste momento o goodwill adquirido foi recuperado e remunerado.

Então, neste momento, o Patrimônio Líquido Físico será

$$PL_F = PL_{x_0} (1 + S_A) + GW_{x_0} (1 + S_A) * (1 + Pr)$$

Em seguida, foram ajustados os Patrimônios Líquidos Físicos Consolidados da adquirente. Para tanto, foram considerados como PL futuros os valores que estavam registrados no balanço, em cada ano, a partir de 2011, deduzidos os valores pagos referentes às demais aquisições de empresas nos anos seguintes (valor pago = valor justo dos ativos líquidos das adquiridas + goodwill) e, também, desconsiderados os ajustes (mais/menos) de todas as transações realizadas com os sócios nos anos seguintes.

Encontrados os dois valores para cada ano (Patrimônios Líquidos estimados e Patrimônio Líquidos Físicos Ajustados), procedeu-se à confrontação dos dados, para constatar a existência da recuperação ou não do goodwill adquirido.

O resultado obtido com a investigação do caso concreto será detalhado na seção seguinte, com as considerações que se fizerem necessárias para o melhor entendimento da análise.

4. RESULTADOS

4.1 Um breve histórico da Empresa Adquirente

A empresa objeto de análise neste estudo é a Hypera S.A. Trata-se de uma companhia farmacêutica brasileira, com sede em São Paulo (SP), listada na B3, que detém posição de liderança em diversos mercados em que está presente.

Além da atuação no mercado farmacêutico, a empresa atuava em outros seguimentos. Porém, a partir de 2017 a Companhia passou a atuar exclusivamente no ramo farmacêutico, após uma rodada de desinvestimentos iniciada em 2015, que resultou na alienação de seus negócios de cosmético, preservativos e produtos descartáveis. Portanto, estes três negócios passaram a ser reportados como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas a partir do exercício social de 2015.

Em 07 de fevereiro de 2018, a razão social da Companhia, anteriormente denominada Hypermarchas S.A., foi alterada para Hypera S.A., após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.

4.2 Resultados obtidos

Nos dois quadros abaixo estão registradas as aquisições feitas pela companhia nos anos de 2010 e 2011. Os valores dos ágios são os que foram registrados nos momentos das aquisições, sendo tais valores posteriormente reduzidos, porque alguns ativos foram identificados e

¹⁵ Valor pago é igual ao valor justo dos ativos líquidos mais o goodwill.

alocados a outros ativos, dentro do período de mensuração, que, conforme o Pronunciamento Técnico CP 04 (R1), é o período que se segue à data da aquisição, durante o qual o adquirente pode ajustar os valores provisórios reconhecidos para uma combinação de negócios. Contudo, este período não pode exceder a um ano da data da aquisição.

Registre-se que todos os valores utilizados nesta análise estão expressos milhares de reais.

Quadro 4.1 – Combinações de Negócios realizadas em 2010

Adquirente	Adquirida	Operação	Valor (em milhares de R\$)	Ágio (em milhares de R\$)
Hypermarcas S.A.	Versoix (Jontex)	Aquisição	181.256	178.926
	Luper	Aquisição	52.161	67.195
	Facilit (Sanifil)	Aquisição	79.000	65.083
	Sapeka ¹⁶	Aquisição	602.011	535.362
	Bitufo	Aquisição	80.057	69.434
	York	Aquisição	96.575	91.030

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 4.2 – Combinações de Negócios realizadas em 2011

Adquirente	Adquirida	Operação	Valor (em milhares de R\$)	Ágio (em milhares de R\$)
Hypermarcas S.A.	Mabesa	Aquisição	346.903	353.146
	Mantecorp	Aquisição	2.492.346	1.798.470
	Active	Aquisição	35.405	9.097

Fonte: Elaborado pelo autor

Depois dos procedimentos de ajustes, o resultado do Patrimônio Líquido Físico de 2010 foi de R\$ 3.529.212. Este saldo, contudo, não contempla o valor do goodwill pago na aquisição da empresa adquirida, no valor de R\$ 406.793.

O valor de R\$ 3.529.212, correspondente ao Patrimônio Líquido Físico ajustado em 2010, foi tomado como ponto de partida para projeção dos saldos esperados para os exercícios futuros. Sobre ele foi aplicado a taxa de retorno, conforme prevista na seção anterior, apurando-se o resultado esperado para cada exercício compreendido no período de 2011 a 2016, resultando nos seguintes dados¹⁷:

Quadro – 4.3 – Patrimônios Líquidos anuais projetados¹⁸

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
3.529.212	4.098.560	4.445.416	4.810.455	5.334.670	6.041.953	6.892.567

¹⁶ Entre as empresas adquiridas foi escolhida a Sapeka para a análise. O valor pago pela sua aquisição foi R\$ 602.011, sendo R\$ 66.649 referentes à ativos líquidos e R\$ 535.362 pago à título de ágio. Foram identificados, no período de mensuração, ativos e passivos ajustados a valor justo no valor de R\$ 69.775 e ajustes adicionais de valor justo aos ativos e passivos identificáveis no valor de R\$ 125.443. Estes valores reduziram o ágio pago pela adquirida em análise para R\$ 406.793 ($602.011 - 69.775 - 125.443 = 406.793$). Os valores utilizados para isolar e excluir as demais aquisições são os constantes dos quadros 4.1 e 4.2 (valores pagos pelas aquisições). (Todos os dados foram extraídos das notas explicativas da demonstração contábil de 2010).

¹⁷ O cálculo da taxa de retorno utilizada está demonstrado nos quadros 3.1 e 3.2, da seção 3 – Metodologia.

¹⁸ As análises foram iniciadas tendo como ponto de partida o Patrimônio Líquido Físico Consolidado da empresa adquirente existente em 31.12.2010, sendo este o saldo inicial. Do saldo existente, naquela data, foi mantido o valor justo dos ativos líquidos da empresa adquirida (ativos menos passivos) e deduzido o valor do goodwill pago. Foram desconsiderados os ajustes (mais/menos) das transações realizadas com os sócios no ano de 2010 e, por fim, excluídos os valores pagos nas demais aquisições, ocorridas também em 2010, posteriores a aquisição da empresa Sapeka (valor pago = valor justo dos ativos líquidos das adquiridas + goodwill). Após estas operações apurou-se o resultado em 2010, considerado, para os fins da pesquisa, como o Patrimônio Líquido Físico Ajustado, que serviu de parâmetro para a projeção dos Patrimônios Líquidos esperados para os anos seguintes.

Os valores encontrados, conforme acima, correspondem aos resultados esperados para os Patrimônios Líquidos nos anos seguintes à aquisição. Foram desprezados os resultados de 2017 e 2018, porque em 2015 a empresa adquirente reclassificou alguns ativos, entre os quais a empresa adquirida, reportando tais negócios como Operações Descontinuadas a partir do exercício social deste ano. Portanto, a análise desses dados não faria sentido, até porque entende-se que o goodwill se dissipa num horizonte de tempo relativamente curto, logo, acredita-se que o lapso de 6 anos seria razoável para a observação do fenômeno.

Os valores acima estão representados, conforme gráfico 1. Eles representam o incremento esperado anualmente para o Patrimônio Líquido estimado, como consequência da taxa de retorno aplicada. Na evolução desses dados, o valor do goodwill pago pela empresa adquirida não está incluído no saldo inicial (2010).

Gráfico 1 – Evolução do Patrimônio Líquido Estimado



Fonte: Elaborado pelo autor

No quadro abaixo estão os valores projetados para o goodwill, em cada ano seguinte à aquisição da empresa adquirida, calculados com base na mesma taxa de retorno utilizada para estimar os Patrimônios Líquidos esperados.

Quadro – 4.4 – Goodwill projetado

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
406.793	472.419	512.399	554.475	614.898	696.423	794.469

Para a análise do fenômeno estudado, ou seja, para verificar a recuperação do goodwill, procedeu-se aos ajustes nos Patrimônios Líquidos Físicos, a partir do exercício social de 2011, para, em seguida, compará-los com os dados relativos aos Patrimônios Líquidos estimados. Estes ajustes seguiram os mesmos critérios utilizados para a apuração do Patrimônio Líquido inicial (PL_{x0}), cujo objetivo é apresentar somente o resultado da atividade operacional da companhia¹⁹.

Os dados apurados são os seguintes:

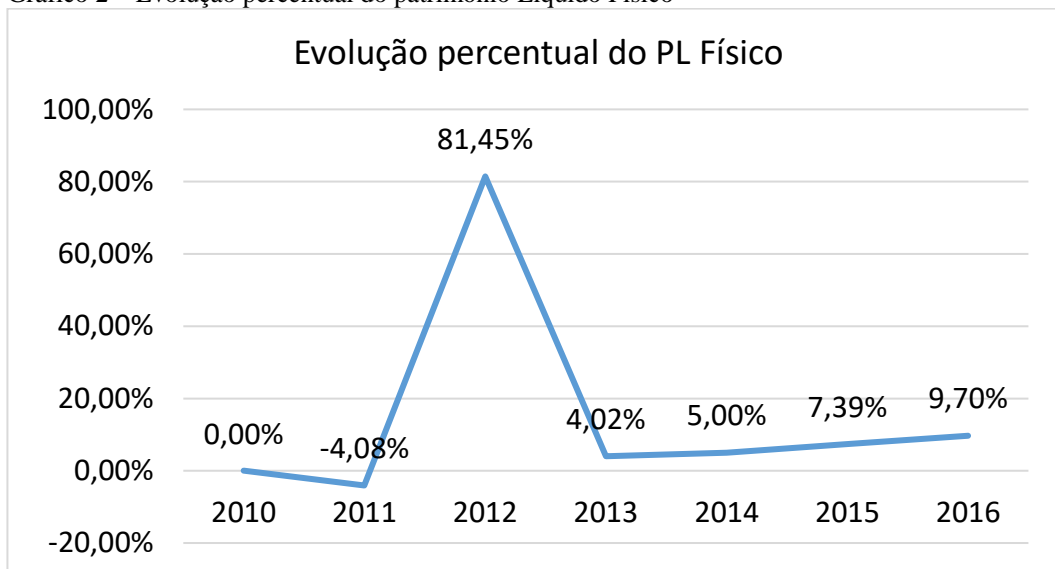
Quadro 4.5 – Patrimônios Líquidos Físicos Consolidados anuais ajustados

¹⁹ Foram considerados como Patrimônios Líquidos Físicos futuros os valores que estavam registrados no balanço, em cada ano, a partir de 2011, deduzidos os valores pagos referentes às demais aquisições de empresas nos anos seguintes (valor pago = valor justo dos ativos líquidos das adquiridas + goodwill) e, também, desconsiderados os ajustes (mais/menos) de todas as transações realizadas com os sócios em cada ano.

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
3.936.005	3.775.067	6.849.847	7.125.088	7.481.272	8.033.960	8.813.350

Percentualmente, o crescimento do Patrimônio Físico está representado no gráfico 2. Observa-se que, em 2012, o crescimento deste patrimônio foi significativo (81,45%) em relação ao ano anterior. Este fato foi determinante para que, já no segundo ano seguinte à aquisição da empresa, o Patrimônio Líquido Físico superasse o Patrimônio Líquido estimado e, portanto, o goodwill fosse integralmente recuperado.

Gráfico 2 – Evolução percentual do patrimônio Líquido Físico



Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se um forte crescimento do Patrimônio Líquido Físico no exercício social de 2012 em relação à 2011. Isso se justifica pelo fato de que a empresa adquirente fez aquisições de outras empresas em 2011, pelas quais foram pagas quantias expressivas, o que sensibilizou significativamente o resultado deste ano. Entretanto, a partir de 2013 este crescimento é mais tímido, porém, sempre numa ascendência consistente. Provavelmente isto se deve à recessão instalada no país, principalmente, a partir do ano de 2013. Por outro lado, não se verificou nenhum fato que pudesse ser atribuído a ele o crescimento expressivo registrado no patrimônio Físico em 2012. Por isso, acredita-se que este resultado deriva da força de riqueza intangível representados pelos ágios das aquisições ocorridas em 2010 e 2011.

Confrontando os resultados obtidos entre os Patrimônios Líquidos Estimados (quadro 4.3) e os Patrimônios Líquidos Físicos Ajustados (quadro 4.5), foram observados os seguintes dados:

Quadro 4.6 – Resultados obtidos na comparação em PL Físico e PL estimado

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
(+) ¹	3.936.005	3.775.067	6.849.847	7.125.088	7.481.272	8.033.960	8.813.350
(-) ²	3.529.212	4.098.560	4.445.416	4.810.455	5.334.670	6.041.953	6.892.567
(=) ³	406.793*	323.493	2.404.431	2.314.633	2.146.602	1.992.007	1.920.783

¹ Patrimônio Líquido Físico Ajustado

² Patrimônio Líquido Estimado

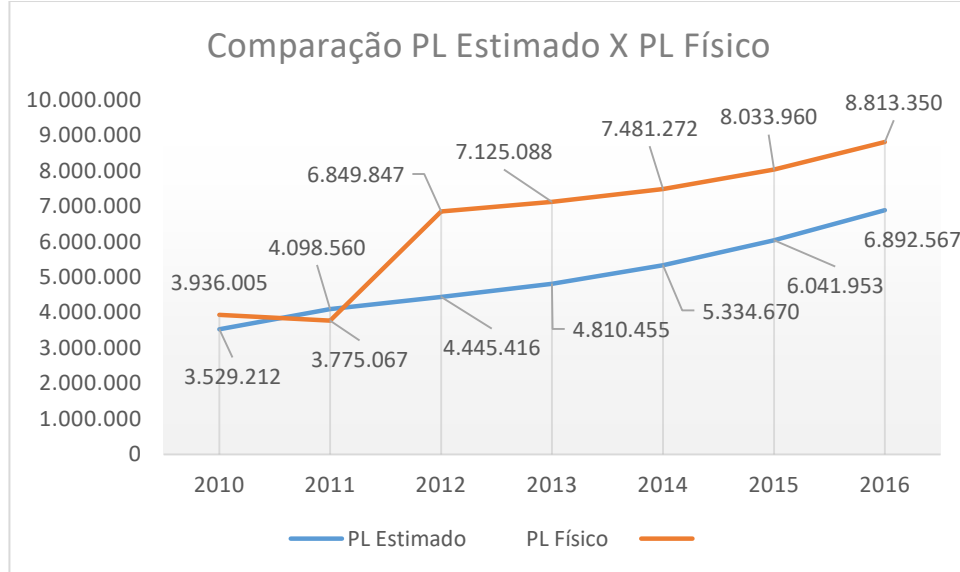
³ Lucro Residual

* Goodwill adquirido

No gráfico 3 está representado o resultado do confronto entre os Patrimônios Líquidos estimados e os Patrimônios Líquidos Físicos ajustados para o período de 2011 a 2016. Note-se

que no valor do Patrimônio Líquido Físico inicial está incorporado o valor pago com ágio pela empresa adquirida ($3.529.212 + 406.793 = 3.936.005$).

Gráfico 3 – Comparação entre o Patrimônio Líquido Físico e o Patrimônio Líquido Estimado

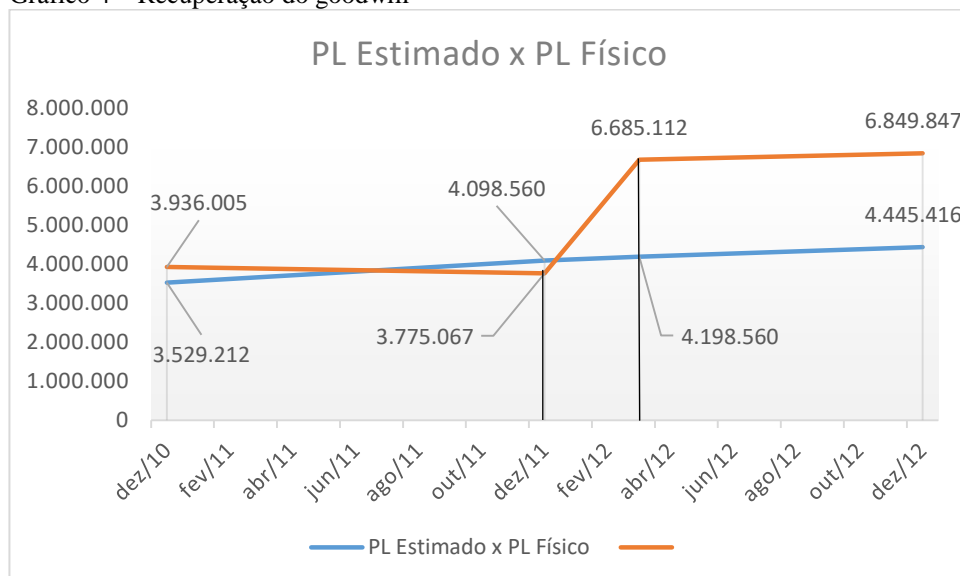


Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que, no segundo ano após a aquisição da empresa Sapeka (2012), o Patrimônio Líquido Físico em algum momento se iguala ao Patrimônio Líquido estimado, pois ao final do exercício social deste ano a empresa registrou aumento em seu Patrimônio Líquido Físico que cobre as suas atividades operacionais e o goodwill adquirido e ainda os remuneram. Isso significa que, naquele momento, além de o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ter sido recuperado, ainda foi remunerado, já que na sua projeção está embutida a taxa de retorno exigida.

Para melhor compreensão da recuperação do goodwill, observe-se o gráfico 4.

Gráfico 4 – Recuperação do goodwill



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 4 mostra o comparativo entre Patrimônio Líquido Físico obtido e Patrimônio Líquido estimado para o período de 2010 a 2012, incluídos os resultados apurados para o primeiro trimestre de 2012 (6.685.122 e 4.198.560, respectivamente). O goodwill projetado para o primeiro trimestre de 2012 é do 483.945. Portanto, o Patrimônio Líquido Físico é superior à soma do Patrimônio Líquido estimado e do goodwill. Percebe-se, assim, que já no primeiro trimestre do exercício social de 2012, o goodwill adquirido é totalmente recuperado.

Nos anos seguintes a empresa continuou gerando resultados positivos superiores aos esperados, portanto, superiores aos que haviam sido projetados. Porém, como já no primeiro trimestre de 2012 o goodwill adquirido foi recuperado em sua totalidade, infere-se que a partir de então os lucros obtidos são consequência de goodwill interno, isto porque, entende-se que o goodwill como um estoque de riqueza intangível vai sendo consumido na medida em que se transforma em patrimônio físico.

Como no caso concreto o goodwill foi recuperado na sua totalidade, assume-se que ele deveria ser eliminado da contabilidade da empresa, por duas razões: a primeira, para evitar duplicidade de registro, pois à medida em que ele é recuperado, ocorre a transformação do patrimônio intangível em patrimônio físico, entretanto, neste caso o goodwill continua registrado. Portanto, os órgãos normatizadores deviriam encontrar solução para a amortização do goodwill na mesma proporção em que ele é recuperado; a segunda, pelo fato de que a partir do momento em que o goodwill adquirido é recuperado e a empresa continua gerando lucros excedentes, entende-se que ela passa a gerar goodwill interno que continua registrado na contabilidade, prática que é vedada pelas normas atuais

Dessa forma, a origem dos lucros acima do normal obtidos em todo o período considerado, deve ser atribuída à força de riquezas intangíveis, como estratégias, ideias e planos, em interação com outros ativos físicos, e não ao conjunto de outros ativos intangíveis desconhecidos e não identificáveis, posto que, considerando o goodwill contábil, conforme definido pelo FASB, não há preço alternativo, no mercado, para os ativos intangíveis que compõem o goodwill.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo estudar a recuperação do goodwill como estoque de riqueza intangível. A literatura contábil até aqui pacificou o entendimento secular de que o goodwill representa um agregado de outros ativos intangíveis, não individualizável, não separável e sem uso alternativo, tais como: carteiras de clientes, localização física, liderança e flexibilidade de gestão, entre outros, aos quais está associada à expectativa, no presente, dos lucros residuais futuros da empresa em continuidade.

Apesar de que a preocupação de pesquisadores e acadêmicos remonta a tempos distantes, o simples entendimento do que de fato seja goodwill não logrou, até o momento, alcançar unanimidade entre os estudiosos do assunto. Isso resulta na falta ou inexistência de modelos objetivos capazes de proporcionar a adequada avaliação e reconhecimento deste ativo.

Do estudo levado a efeito constatou-se que em momentos subsequentes à aquisição de uma empresa, houve o registro de lucros residuais (anormais), considerado este como o valor obtido acima daquilo que era esperado pelas atividades operacionais da empresa adquirente.

Observa-se que, logo no segundo ano após a aquisição da empresa, o goodwill adquirido foi integralmente recuperado e remunerado. Isto confirma que o goodwill é um estado de riqueza que se converte em patrimônio físico. Consequentemente, mantê-lo no balanço após sua recuperação é o mesmo que reconhecer um goodwill interno, o que é proibido pela regulação contábil. Portanto, tendo em conta o enfoque dado a esta pesquisa, onde o goodwill representa

um patrimônio intangível, com vida útil definida, a redução do seu valor, pelo teste de recuperabilidade (*impairment*), não tem lugar, devendo o goodwill ser amortizado na mesma medida e proporção em que vai se transformando de patrimônio intangível em patrimônio físico.

Dessa forma, atribui-se ao goodwill adquirido o motivo pelo qual houve o registro de lucros residuais após o seu reconhecimento. Isso implica que houve a conversão de estratégias, ideias e planos, enquanto patrimônio intangível e em interação com outros ativos físicos, em patrimônio físico. De outra forma, considerando-se o goodwill como um conjunto de outros ativos intangíveis, não se conseguiria identificar algum deles como a fonte geradora dos lucros residuais obtidos, uma vez que, considerando o goodwill contábil conforme definido pelo FASB, não há preço alternativo, no mercado, para os ativos intangíveis que compõem o goodwill.

A presente pesquisa se propôs a analisar, através de um estudo de caso, os efeitos do goodwill adquirido em uma combinação de negócio na riqueza da empresa adquirente. Não se pretende, dessa forma, trazer contribuições que possam impactar significativamente o que se tem até aqui sobre o goodwill. Porém, espera-se que essa abordagem aqui apresentada, onde o goodwill representa um conjunto de forças intangíveis ou um patrimônio intangível, possa ser uma nova porta que se abre e possibilite que novas pesquisas, adotando esse viés, venham trazer contribuições mais robustas e, assim, mitigar as dificuldades que existem sobre este tema.

Pode ser citado como limitações dessa pesquisa, de um lado, o fato de goodwill ser um tema bastante controvertido quanto a sua natureza, mensuração e reconhecimento, seja no mundo acadêmico, seja na esfera normativa, o que pode retratar resultados diferentes para estudos semelhantes. Por outro lado, tratar do goodwill com um enfoque de riqueza ou patrimônio intangível se revela bastante desafiador e inovador, dado a ausência ou inexistência de trabalhos acadêmicos dando ao tema esse viés.

Por fim, como sugestão para novos trabalhos fica a própria ideia do estudo do goodwill tratado na perspectiva de estoque de riqueza intangível, que pode nortear novos trabalhos teóricos e empíricos que contemplem em seus objetos de investigação um universo maior de empresas ou mesmo seguimento de mercado a ser observado, trazendo, como consequência, contribuições que possam enriquecer a literatura contábil, assegurar maior transparência aos usuários da informação e, também, possibilitar melhorias na normatização do assunto por parte dos órgãos reguladores. A recuperação do goodwill, em poucos exercícios sociais subsequentes a aquisição da empresa, pode também servir de inspiração para que outros trabalhos estudem a intensidade e a frequência com as forças intangíveis (goodwill) são capazes de gerar os benefícios econômicos futuros esperados.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. V.N.; PEREIRA, C. A. **Goodwill: Definições, Metodologia e Filiações Encontradas em Artigos Internacionais**: Um Estudo Bibliométrico. XXV Congresso Brasileiro de Custos. Vitória, nov-2018. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/764/0>. Acesso em: 25.05.2019.
- BARROS, T. S.; RODRIGUES, A. M. G. **Concentração de atividades empresariais**: uma análise das combinações de negócios e dos ativos intangíveis no Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 4, n. 2, p. 112-136, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/issue/view/57>. Acesso em 18.05.2019.
- BRASIL, **Legislação e Pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade-CFC**. Disponível em: <https://cfc.org.br/legislacao/>. Acesso em: 16.06.2019.
- GEHLEN, K. R. H. *et al.* **Goodwill Adquirido em Combinação de Negócios**: Uma Análise de Conformidade das Companhias Brasileiras com as Normas Contábeis. *Revista de Informação Contábil -Vol. 10, nº 4*, p. 1-14, out-dez/2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/issue/view/1705>. Acesso em: 18.05.2019.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, p.57-63, mar-abr1995.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. Traduzido por Antônio Zoratto Sanvicente. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LUSTOSA, P. R. B. **Uma nova Abordagem para o Goodwill Contábil**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318506096_Uma_Nova_Abordagem_para_o_Goodwill_Contabil_e_outros_intangiveis_identificados_com_vida_util_indefinida_Teoria_e_Evidencias_Empiricas. Acesso 08.05.2019.
- MARTINS, E. *et al.* **Goodwill: uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos**. *Revista Contabilidade & Finanças, USP*, São Paulo, v. 21, n. 52, jan-abr/2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v21n52/v21n52a05.pdf>. Acesso em: 18.05.2019.
- MAZZIONI, S. *et al.* **Avaliação de Intangíveis: o Goodwill no Contexto das Práticas Internacionais Comparativas**. XXV Congresso Brasileiro de Custos. Vitória, nov/2018. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2528>. Acesso em: 05.06.2019.
- NAKAYAMA, W. K. **Divulgação de informações sobre operações de combinação de negócios na vigência do pronunciamento técnico CPC 15. 2012**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.12.2012.tde-06122012-161505. Acesso em: 29.05.2019.
- NASCIMENTO, D. B. **Complexidade da contabilização de combinações de Negócios Business Combination: Abordagem nas Instituições de Ensino Superior em São Paulo**. *Revista Linceu On-line*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 49-66, jan-jun/2012. Disponível em: https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE. Acesso em 22.05.2019.
- NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa. – Características, usos e Possibilidades**. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo. V.1, nº 3, 2.º sem/1996. Disponível em: http://ucbweb.castelobranco.br/webcaf/arquivos/15482/2195/artigo_sobre_pesquisa_qualitativa.pdf. Acesso em: 22.05.2019.

REIS, Renato Maurício Porto Reis. Uma contribuição para a mensuração do Goodwill gerado internamente, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/1533/1/Renato%20Mauricio%20Porto%20Reis.pdf>. Acesso em 25.05.2019.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J.; LAMB, R. **Administração Financeira**: versão brasileira de corporate finance. Tradução: Evelyn Tesche – 10. ed. – Porto Alegre: AMGH, 2015.

SANTOS, J. L. *et al.* **Avaliação de Intangíveis: Tratamento contábil do Goodwill no Contexto Mundial**. XXV Congresso Brasileiro de Custos. Vitória, nov-/2018. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2350>. Acesso em: 25.05.2019.

SANTOS, J.; SCHMIDT, P.; FERNANDES, L. A.; MACHADO, N. P. **Teoria da contabilidade: introdutória, intermediária e avançada**. – São Paulo: Atlas, 2007.